

DINÂMICA DE PODER E GESTÃO EM ESCOLAS MILITARIZADAS: UMA ANÁLISE DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO TRIÂNGULO MINEIRO NO PERÍODO DE 2019 A 2022

Lyvia Fernanda Leal - UFU

Darluce Andrade de Queiroz Muniz – UFU

Marcelo Soares Pereira da Silva – UFU

Introdução

O presente texto é oriundo de uma pesquisa em andamento desenvolvida no curso de Doutorado em Educação na linha de pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, cuja finalidade é contribuir com a pesquisa científica sobre a política de militarização de escolas públicas.

O objetivo da pesquisa é investigar o fenômeno da militarização de escolas públicas no Brasil mediante a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (PECIM) e analisar as mudanças nas estruturas de poder, tomada de decisão e processos de gestão nas unidades escolares do Triângulo Mineiro, contempladas pelo respectivo programa, no período de 2019 a 2022. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar o processo histórico relativo aos fundamentos políticos e ideológicos que sustentam o princípio da militarização da educação básica no Brasil, mais especificamente no campo da gestão.
- Analisar os fundamentos legais e as motivações — tanto políticas quanto ideológicas — por trás da implementação e defesa da expansão do PECIM em Minas Gerais, considerando a perspectiva do governo Bolsonaro, do governo estadual e das autoridades do município de Uberlândia-MG.
- Desenvolver uma análise de discurso no âmbito da gestão escolar das escolas Cívico-Militares localizadas no Triângulo mineiro, no contexto das mudanças nas estruturas de poder, tomada de decisões e processos de gestão com base nas perspectivas de diretores civis e professores.

Nesse contexto, essa pesquisa ganha significativa relevância social, uma vez que embora o Estado de Minas Gerais apresente um número considerável de escolas estaduais militares, até o final de 2019, não existiam registros de escolas públicas que tivessem passado pelo processo de militarização. Deste modo, a ausência de dados sobre a transformação de escolas públicas civis em instituições militarizadas em Minas Gerais abre um campo fértil para pesquisa, permitindo a exploração e análise de um aspecto ainda pouco estudado do sistema educacional deste estado.

Referencial teórico

A educação está intrinsecamente vinculada à estrutura social do capitalismo contemporâneo, que impõe aos projetos educacionais a predominância de paradigmas neoliberais, neoconservadores e autoritários (Dardot *et al.*, 2021). No Brasil, a radicalização na adoção dos paradigmas neoliberais, neoconservadores e autoritários ocorreu no contexto do golpe parlamentar-jurídico-midiático em 2016, que culminou na destituição de Dilma Rousseff da presidência (Saviani 2018).

O episódio de 2016 abalou as estruturas democráticas, posicionando o país em um Estado de Exceção. Esse contexto proporcionou um terreno fértil para a ascensão de medidas arbitrárias no campo educacional com mudanças estruturais que encontraram apoio entre grupos alinhados a uma visão conservadora e neoliberal (Lombardi; Lima, 2018). Em suma, foi neste cenário de retrocesso político que Jair Messias Bolsonaro ganhou destaque. Com um perfil autoritário marcante, ele candidatou-se à presidência defendendo um programa neoliberal extremo, combinado com um discurso conservador sobre costumes e uma postura rigorosa em relação à segurança pública.

Eleito em 2018, Bolsonaro buscou atender às demandas do segmento religioso conservador por meio do combate do que denominou de “ideologia de gênero” e “marxismo cultural” “mediante a iniciativas autoritárias e sem respaldo científico e acadêmico” (Accioly; Silva; Silva, 2023, p.54). Durante a gestão de Jair Bolsonaro, constatou-se uma intensificação das relações com segmentos militares de extrema direita, entidades que advogam pelo fundamentalismo religioso e setores econômicos avessos aos princípios fundamentais de direitos humanos e trabalhistas.

No contexto educacional, as políticas implementadas durante o governo Bolsonaro demonstraram um claro alinhamento com a guerra cultural bolsonarista, além

de ressoarem princípios neoliberais voltados à privatização e valores neoconservadores. Essas diretrizes se concretizaram em diversas ações direcionadas à educação básica. Entre estas ações foi instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), implementado no dia seguinte a posse de Bolsonaro por meio da promulgação do Decreto n.º 9.465, que reestruturou o Ministério da Educação (MEC) e criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Essa subsecretaria teve como missão promover e avaliar a adoção do modelo cívico-militar nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital (MEC, 2019).

O programa almejava elevar a qualidade da educação básica, transformando escolas públicas em Escolas Cívico-Militares por meio de adesão voluntária, buscando estabelecer um modelo de "gestão de excelência" (MEC, 2021). Foi especialmente direcionado a instituições que oferecem os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, sobretudo aquelas com índices insatisfatórios no Ideb e que servem a estudantes em situações de vulnerabilidade social (MEC, 2021).

Neste contexto, antes da instituição do PECIM (2019), Minas Gerais contava com 30 escolas militares estaduais pertencentes a rede Tiradentes gerida pela Polícia Militar de Minas Gerais, portanto, alinhadas com as exigências formativas desta corporação militar. Entretanto, com a criação do PECIM, o estado foi imediatamente proeminente em sua adesão, especialmente quando a convocação foi estendida a municípios, com 140 governos municipais manifestando interesse (MEC, 2020). Apesar dessa expressiva manifestação de interesse inicial, atualmente, o estado conta com nove unidades estaduais e sete municipais alinhadas às diretrizes do PECIM (Abalen, 2023).

Segundo as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares, o programa busca garantir uma educação de qualidade por meio da adoção de um modelo de "excelência em gestão" nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa (MEC, 2021). Contudo, esse modelo, em sua origem, foi desenhado para os colégios militares federais, com objetivos e diferentes estruturas dos sistemas educacionais públicos em âmbito municipal e estadual. Deste modo, a gestão dos colégios militares atende a especificidades próprias de sua organização e propósito. E quando essa abordagem é adaptada ao contexto das

escolas públicas como um padrão a ser atingido, corre-se o risco da produção de gravíssimas distorções que podem afetar toda a “dinâmica escolar”¹.

Assim, esta pesquisa parte do pressuposto de que a gestão compartilhada entre profissionais da educação, ocupando cargos de direção e profissionais militares selecionados para a equipe gestora da escola, representa uma das distorções do modelo de ensino cívico-militar devido a possíveis conflitos que podem vir a ocorrer relacionados à tomada de decisões e os processos de gestão no ambiente escolar.

Esta é a inquietação que fez surgir o interesse em realizar esta pesquisa. Pois considerou-se necessário analisar como profissionais de diferentes áreas respondem às demandas administrativas escolares, uma vez que, ao que tudo indica, as perspectivas sobre os objetivos da educação destes indivíduos divergem devido à natureza de suas formações profissionais. Pois, acredita-se que circunstâncias assim tornam a gestão escolar um centro de disputa devido a existência de uma possível desorganização nas estruturas de poder e tomada de decisões.

Além disso, embora as diretrizes das escolas cívico-militares estabeleçam a organização da hierarquia administrativa conforme as atribuições de cada membro da equipe gestora, surge as seguintes questões: até que ponto a militarização das escolas públicas contribui de fato para aprimorar os alicerces de uma sociedade que se pretende democrática?

A área da educação brasileira detém conhecimento acumulado suficiente para tratar as questões tais como, a violência e a indisciplina escolar no contexto de uma gestão democrática ou será que a solução para este tipo de problema deve ser encontrada basicamente no contexto da militarização das escolas públicas?

Nas escolas cívico-militares as decisões são coletivas ou majoritariamente tomadas pelos agentes militares que integram a gestão escolar? Essas questões fundamentais deram origem aos objetivos desta pesquisa e justificam a importância deste estudo acerca da gestão escolar no contexto da militarização da educação pública.

Referências

¹ Nota Técnica Nº 60/2023/DPDI/SEB/SEB do Ministério da Educação, divulgada no dia 12 de julho de 2023, referente ao Processo Nº 23000.008982/2023-8.

ABALEN, I. **Veja lista das escolas cívico-militares que serão mantidas em Minas Gerais. O tempo.** 2023. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/veja-lista-das-escolas-civico-militares-que-serao-mantidas-em-minas-gerais-1.3027107>. Acesso em: 01 out. 2023.

ACCIOLY, I.; SILVA, A. M.; SILVA, S. Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira. In: LEHER, Roberto (Org). **Educação no Governo Bolsonaro: inventário da devastação 1.** São Paulo: Expressão Popular, 2023. Cap. 2. p. 43-60.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jan. 2019. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escolas Cívico-Militares.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militares>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual das escolas cívico-militares. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/10DIRETRIZESPECIMVERSO_observaes_14072021convertido2.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

DARDOT, P. et al. A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

LOMBARDI, J. C.; LIMA, M. R. Golpes de Estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, N.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). O golpe de 2016 e a educação no Brasil (2018). Uberlândia: Navegando Publicações.

SAVIANI, D. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In L. F. Lucena, M. A. Previtali, & L. F. Lucena (Orgs.), A crise da democracia brasileira (pp. 215-232). Campinas, SP: Autores Associados, 2018. DOI: 10.29388/978-85-53111-28-2-0-f.27-46